



Intelectuais da geração de 1870 e o reordenamento da instrução pública: Silvio

Romero e José Veríssimo

Maricilde Oliveira Coelho¹ (EA-UFGA)

RESUMO: Um grupo de intelectuais de diferentes regiões do Brasil, atento às mudanças que ocorreram no mundo e no país nas últimas décadas do século XIX, ficou conhecido como a geração de 1870. Esse grupo apresentou ações com a intenção de inserir o país no rol das nações consideradas as mais avançadas do mundo. A geração de 1870 também apontou os graves problemas que afligiam a sociedade brasileira, e, ao mesmo tempo, assinalou meios para regenerar essa sociedade, e um dos caminhos apontados pelos intelectuais dessa geração foi o reordenamento da instrução pública.

PALAVRAS-CHAVES: Instrução pública, Educação cívica, Intelectuais, Brasil, Século XIX.

ABSTRACT: A team of intellectuals from different parts of Brazil, alert to changes that occurred in the world and in Brazil in the last decades of 19th century, became known as The 1870's Generation. This team introduced actions with the intention to working in the country the list of nations considered the most progressed in the world. The 1870's Generation has pointing out serious problems witch afflicted the Brazilian society and, at the same time, pointed means to regenerate this society and of those means of this generation was the reorganization of public instruction.

KEY-WORDS: public instruction, civics, intellectuals, Brazil, 19th century.

¹ Professora doutora da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. E-mail: maricild@ufpa.br

Intelectuais da geração de 1870 e o reordenamento da instrução pública: Silvio Romero e José Veríssimo

Maricilde Oliveira Coelho (EA-UFGA)

Tobias Barreto, Capistrano de Abreu, Silvio Romero, Rui Barbosa, José Veríssimo, Araripe Júnior, conhecidos como os intelectuais da geração de 1870, denunciaram a escravidão, o atraso econômico e o analfabetismo reinante no Império com a produção de textos literários, sociológicos e filosóficos resultante de leituras sobre o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer, o transformismo de Darwin. Este grupo de intelectuais, vindo de diferentes regiões do Brasil, estava atento às mudanças que ocorreram no mundo e no país nas últimas décadas do século XIX e assim, apresentaram ações com a intenção de inserir o país no rol das nações consideradas as mais avançadas do mundo. Para esse propósito defendiam para o Brasil, entre outras coisas, a adoção de novos ideais, valores, costumes e formas de organizar um país moderno. Constituída em sua grande maioria de advogados, médicos, engenheiros e literatos, essa elite intelectual exerceu um papel fundamental na composição das novas forças sociais e políticas, desejosas de construir um país moderno e civilizado.

Programas, ideias e aspirações sociais e políticas, como os movimentos pela abolição da escravatura, pela proclamação da república e pelo federalismo, refletiam as propostas de ações modernizadoras nas relações de produção do país apresentadas pela geração de 1870. Apesar de terem se mostrado partidários às reivindicações dos menos favorecidos da sociedade, as críticas que desenvolveram contra o latifúndio, a escravidão e o poder opressor das oligarquias sobre a população urbana e rural, não chegaram a se constituir em uma oposição ao poder exercido por esses segmentos sociais. Isso porque



estavam dentro dos quadros burocráticos ou de serviços controlados pelas oligarquias que pretendiam combater. Além disso, não se aproximaram das massas rurais, compostas principalmente, por ex-escravos e imigrantes europeus, e muito menos, se uniram ao proletariado urbano.

O contato dos intelectuais brasileiros com a cultura européia e norte-americana e com a vida urbana fez com que mantivessem uma relação direta com a cidade, e não com o campo. O remodelamento e embelezamento das cidades para atender aos interesses da burguesia, introduziram melhoramentos urbanos no sistema de iluminação pública, abastecimento de água, serviços telefônicos, na construção de prédios públicos, hotéis, teatros, entre outros. A modernização, aliada à urbanização, desenvolveu-se, contudo, nas cidades mais importantes do país, deixando fora desse processo um grande contingente da população brasileira. Apesar do crescimento da população urbana nas últimas décadas do século XIX, os padrões de povoamento urbano não chegaram a se alterar, visto que os núcleos urbanos mais desenvolvidos do país continuavam sendo aqueles onde se localizavam os principais portos exportadores. Em 1912, as cinco maiores cidades do Brasil eram as que tinham portos exportadores para os mercados internacionais: Rio de Janeiro, Santos, Salvador, Recife e Belém.

Silvio Romero e José Veríssimo, dois representantes da geração de 1870, levantaram questões à cerca dos problemas da instrução pública no Brasil e expuseram orientações para a organização e funcionamento do ensino nos níveis primário, secundário e superior. Ambos exerceram o magistério e identificaram dificuldades no setor de instrução pública, o que contribuiu para redimensionar as soluções expostas por eles para diminuir os perigos que a ausência da educação representava para o caráter do povo brasileiro. Entretanto, a posição assumida por esses intelectuais refletia os limites das reformas sugeridas.

Ao interpretar a realidade brasileira sob a luz das teorias deterministas das últimas décadas do século XIX e princípios do século XX, que explicavam a constituição do caráter



nacional a partir da etnia, do ambiente geográfico, da história e da cultura, a geração de 1870 divulgou em seus estudos a inferioridade dos povos selvagens e mestiços e a superioridade da raça branca:

Mole pelo clima, mole pela raça, mole por esta precocidade das funções genésicas, mole pela falta de todo trabalho, de qualquer atividade, o sangue pobre, o caráter nulo ou o irritadiço e por isso mesmo, inconsequente, os sentimentos deflorados e pervertidos, animado, indisciplinado, mal criado em todo rigor da palavra – eis como de regra começa o jovem brasileiro a vida. (Veríssimo, 1906, p.36).

A raça negra nas suas pátrias de origem, na África e na Oceania, não se civilizou, não passou da selvageria, não caminhou, não progrediu. Nas terras, para onde se deixou transportar, como a América, ao contato com os seus despóticos ex-senhores, pouco tem avançado em massa, não passando de uma semi- barbárie característica. Não é só. Os restos da gente vermelha andam em piores condições; como que apostaram em desmentir a lei do famoso progresso indefinido e as sonhadas maravilhas da razão inarrável (Romero: 1901, p. 269).

Apesar da urgência na inversão do quadro lastimoso em que se encontrava o país, esses mesmos intelectuais consideravam a apatia, a ingenuidade e o caráter de raça, antecedentes étnicos e históricos do povo brasileiro, como barreiras para o acesso do Brasil ao patamar de nação civilizada. Entretanto, o fato da mestiçagem do povo brasileiro ser considerado um entrave ao progresso, não diminuía a responsabilidade dos políticos pelos males que assolavam o país. E entre os problemas que dificultavam ao país alcançar o patamar das nações civilizadas sobressaiam o grande número de iletrados, o comércio quase todo estrangeiro e as grandes propriedades rurais sob o domínio de poucos. Essa situação do país desesperançava, nos intelectuais, a possibilidade do regime político republicano fazer do Brasil uma nação civilizada. José Veríssimo, no prefácio à segunda edição do livro *A Educação Nacional*, saída a lume em 1906 no Rio de Janeiro, demonstra a decepção com o novo regime político pelos destinos da instrução pública:

... O primeiro governo da República criou um ministério especial da instrução pública e o confiou a um dos principais tutores das novas instituições, que era também um provector professor, conhecedor do assunto. Essa criação, porém, como hoje se sabe perfeitamente, não obedeceu, segundo a primeira vista era todo mundo levado a supor, a uma preocupação auspiciosa da vida espiritual do país, nem sequer a algum sentimento ou convicção da necessidade de dar como base ao novo regime um povo esclarecido; um corpo eleitoral alumiado pela instrução larga e seriamente espalhada na população. Antes pelo contrário, determinaram a criação do Ministério da Instrução Pública feita pelo Governo Provisória, mesquinhas questiúnculas de gabinete, em uma palavra a necessidade ou conveniência de afastar do Ministro da Guerra o respectivo titular, que nele, parece, se havia mostrado incapaz, sem descontentá-lo, nem irritá-lo, e com ele os seus numerosos e devotados discípulos, cuja ação fora precípua na proclamação da República e continuava a ser preponderante naquele momento. (VERÍSSIMO, 1906, p. VI).

Para José Veríssimo, a instrução não havia colaborado para a integração do sentimento nacional. A escola brasileira estava restrita à instrução primária, sem nenhuma influência na formação do caráter e muito menos no desenvolvimento do sentimento nacional. José Veríssimo elucida que durante muito tempo, a saída de crianças e jovens das classes mais abastadas para estudar na Europa, principalmente em Portugal, fez com que essa elite se identificasse com as tradições e costumes dessa nação, não podendo se constituir em cidadãos úteis as necessidades do Brasil. Para o autor de *Cultura, literatura e política na América Latina*, a educação assumiria papel fundamental na construção de uma identidade nacional para o país. Quando ainda residia em Belém, José Veríssimo assumiu a Diretoria de Instrução Pública do Pará e manifestou sua crença no poder da República em restaurar a situação da sociedade brasileira por meio da implantação de uma educação nacional:

Não basta, porém, reconhecer a pátria no seu solo, nos seus acidentes naturais, na sua natureza, no seu clima, nas suas produções, na sua atividade e na sua riqueza; não é suficiente saber-lhe as origens, como se povoou e se desenvolveu, qual o seu contingente à civilização ou seus elementos de progresso, as lutas que teve de sustentar, os triunfos que obteve ou os revezes que sofreu: é necessário mais, é indispensável, em um país livre principalmente, especial numa república, conhecer as suas instituições, em si e nas suas obrigações que impõem e os deveres que garantem, estudar as leis gerais de moral, de

Revista Litteris

www.revistalitteris.com.br

ISSN: 19837429

Março de 2014

N.13

Volume 1

economia e de política que presidem as sociedades e estabelecem e dirigem as relações entre seus membros; aprender a solidariedade nacional na solidariedade escolar, e a noção do dever cívico, do dever humanitário e do dever em geral, no dever e na disciplina da escola. O conhecimento destes diversos aspectos da pátria, não já como *região*, não já como *nação*, senão como *estado*, como uma sociedade cujos fins, conforme os de todo estado, são o desenvolvimento das faculdades da nação, o aperfeiçoamento da sua vida, constitui a educação cívica. (Veríssimo, 1906, p. 8-9).

José Veríssimo reconhecia que a educação cívica envolvia, além do estudo da história e da geografia da pátria, o aperfeiçoamento de valores morais e que o papel social desempenhado por essa educação iria formar o caráter e o desenvolvimento do sentimento nacional. Sentimento essencial para o reconhecimento de qualquer nação, ele ainda estava longe de ser vislumbrada pelo povo brasileiro. O desconhecimento de sua própria história, de sua geografia e de sua literatura, ausentes nos livros de leitura da escola primária, além de um sistema de ensino que não alcançava grande parte da população, tornava o brasileiro alheio à questão nacional.

Na obra *Ensaio de Sociologia e Litteratura*, Silvio Romero escreveu uma nota sobre o ensino público onde apresentou sua opinião oriunda da experiência prática com o magistério. Considerando o fracasso da educação como desdobramento das aptidões étnicas do Brasil, Silvio Romero reconhecia que só por meio do conhecimento efetivo da índole do povo brasileiro e da coesão nacional direcionada pelo Estado, a educação poderia abrir novas perspectiva de progresso e liberdade para o país. A obrigatoriedade da instrução deveria ser um dever do Estado, o responsável pela unidade do espírito nacional:

O princípio da obrigatoriedade do aprendizado primário é uma das conquistas mais esplendidas da civilização moderna.

...

As nações modernas, com a descoberta e desbravamento de regiões inteiras desconhecidas, com a fundação de nacionalidades novas, com o aumento pasmoso da população, com a decrepitude das velhas organizações militares, com o advento de indústrias desconhecidas, viram surgir um grande número de problemas urgentes, iniludíveis, e compreenderam que na luta pela existência os seus cidadãos não teriam de então em diante a contar só com o braço; seria necessário contar, antes e acima de tudo com a idéia. Daí, a alta conta em que

foi tida a instrução, daí, como arma de aperfeiçoamento e luta, o aprendizado obrigatório (Romero, 1901, p. 137-138).

A desilusão com a possibilidade de o novo regime corrigir e emendar, por meio da educação, os vícios e defeitos deixados pela monarquia, aparece nas críticas feitas tanto por José Veríssimo quanto por Silvio Romero contra a política de mando das oligarquias que estava muito acima de um federalismo livre e democrático:

Por esta forma, em cada um dos Estados, o *clã* triunfante, revivescência dos *clãs* dos Berberes, tronco primitivo principal das gentes ibéricas de que os portugueses são um ramo e nós um rebento na América, o *clã* triunfante tem sempre reduzido os outros à impotência, comprimindo as liberdades civis, reduzindo a nada as franquias municipais, falseando as eleições, corrompendo as justiças, monopolizando os empregos, entendendo-se sempre em *entente cordeale* com os chefes da oligarquia central em troca de serviços, auxiliando-se mutuamente...

O *clã* central, por sua vez, enfeixa nas mãos toda a força: indica os sucessores à presidência, os candidatos ao Congresso no Senado e na Câmara; tem anulado o poder legislativo com traças sutis, reduzindo-o à simples chancela da Presidência, movida esta pela oligarquia; tem o mesmo feito ao judiciário, aviltando as justiças, conferindo os melhores cargos aos amigos incondicionais, nomeando para o Supremo Tribunal energúmenos politiqueiros, amestrados, quase todos, no cargo de chefes de polícia do Distrito Federal, espécie de escola em que põem à prova a sua capacidade de arbítrio contra a lei e de obediência aos amos.

O resultado final de tudo isto é que, em vez do regime federativo, de autonomia real dos Estados e dos municípios, vivemos no duro regime de uma centralização de fato, espécie de grosseiríssima república unitária, ilegal e espúria (Romero, 1911, p. 24-25).

Época do encarne político dos republicanos da véspera, do dia e até do dia seguinte, que acudiam famélicos à manjedoura do orçamento, onde com pouca dignidade e compostura a maioria deles disputava a baía repleta que lhes pagasse das forçadas frugalidades do ostracismo monárquico, as reformas da instrução abriram nela numerosos lugares que, certamente com exceções, foram preenchidos com a mesma escolha com que o seriam os de amanuense das Secretarias. O primeiro e desastroso efeito desta circunstancia foi a abolição de fato dos concursos, em que o se apurassem ao menos a competência técnica dos candidatos ao professorado. As novas e velhas cadeiras foram, em numerosos casos, dadas como reconhecimento de serviços e até apenas de boas intenções políticas. Alguns dos professores, assim pelo favoritismo introduzidos no ensino, foram imediatamente mandados à Europa, estudar as matérias que deviam lecionar, quando dessas matérias, algumas como a sociologia, não eram, ali, objeto de ensino especial (Veríssimo, 1906, p. XV-XVI)

Na análise das críticas desses intelectuais sobre o fracasso de uma república dominada por oligarquias, percebe-se a estreita relação entre a organização política e a condição social que se encontrava o país. Entretanto, existe a esperança em um progresso evolutivo natural, onde os valores nacionalistas garantam um futuro promissor para o Brasil:

O progresso será nele natural e espontâneo, como resultado normal da evolução, a florescência da educação viril das energias populares.

Não precisará mentir, apregoando um falso e ilusório progresso antes do tempo.

Nas ciências, procurará colaborar honestamente e com acentuado fervor para o alargamento do saber desinteressado.

Na literatura não precisará copiar modelos estranhos.

Na poesia, a contemplação cada vez mais íntima e assídua de sua natureza, despertará ações reflexas nos talentos e inspirará obras de alto valor.

O estudo, cada vez mais profundo do povo, na sua história, no seu viver sob todos os aspectos, determinará em todos os ramos literários a eclosão de alevantados ideais, fecundadores da criação.

O amor pelos nossos grandes homens, o culto do nosso passado, o entusiasmo pelo presente, serão presentes fontes de inspiração.

Não perderá o amor às nossas gentes, não precisará praticar diplomacies literárias com os Ferreros, os Prozors, os Orbans e quedando, atrás de fácil renome, mendigado à Europa *blaseé*. (Romero, 1911, p. 31).

A crítica à instrução ministrada nas escolas brasileiras e o julgamento de que a escola, em todos os ramos do ensino, não se constituiu em um meio de educação cívica e nacional, apontou para a necessidade de se realizar uma reforma do sistema educacional. José Veríssimo e Silvio Romero apresentaram propostas de reformas para o sistema da instrução pública brasileira, voltadas para atender às novas exigências sócio-econômicas do país e adequadas às aspirações da sociedade moderna. Na sociedade do século XIX, marcada pela racionalização da produção e da vida social, a proposta de mudança para a instrução pública deveria seguir esse princípio e, sobretudo, deveria concretizar o ensino da educação cívica na escola do mesmo modo como ocorria nas nações adiantadas. Silvio

Romero aponta o estudo da “alma de nossas gentes” como fundamental para a assimilação de ideais patrióticos:

Para a mais elementar instrução primária, como para a mais elevada e superior, passando pela secundária e pelas aplicações técnicas, a muito deveriam os governos ter contratado no estrangeiro *mestres de verdade*. É principalmente o que nos falta. Disto havemos mister muito mais do que de fortes e poderosos couraçados. Na literatura é a mania de *tão bom como tão bom* – que leva toda gente a desprezar os assuntos nacionais, nossas tradições, nossos costumes, todos os aspectos, em suma, da alma do povo em todas as classes para andar a sonhar com os *eslavos* de Tolstoi, os *escandinavos* de Ibsen, os *germanos* de Nietzsche...

O mais elementar bom senso está a indicar que desses grandes mestres, o que nos aproveita é o nosso próprio exemplo, isto é, estudar a alma de nossas gentes, como eles estudaram as de seus patrícios (Romero, 1910, p. 11-12).

O desejo de criar no país condições que pudessem elevá-lo à categoria das nações desenvolvidas do capitalismo internacional estava ligado à aptidão dos intelectuais brasileiros em propor soluções para “os nossos males”. José Veríssimo, ao fazer referência ao pensamento a respeito das questões de nacionalidade na América Latina, entende a concepção dessas ideias como influxo intelectual orientado por uma elite:

Quando, pois, me refiro a uma corrente ou movimento de opinião existente na América espanhola a respeito a questões de nacionalidade e raça, e apontando a uma expansão mais progressiva, mais forte, mais nobre, de uma civilização consciente latino-americana, não é senão uma só classe, se assim posso dizer, das populações de estirpe ibérica, a dos intelectuais que tenho em mente (Veríssimo, 1986, p. 95).

O encaminhamento adequado das questões nacionais passava pela interpretação dos poetas, pois a opinião das massas, para Veríssimo, não ia além de uma vaga percepção:

Na massa popular que constitui essas nações não há capacidade de uma opinião apta para compreender a questão; existe, porém, o instinto étnico, o “inconsciente nacional”, como lhe chamou o Sr. Nabuco, para sentir aquele perigo vago, indefinido, mas não menos real para eles.

Os poetas são os intérpretes destes sentimentos íntimos, dessas vagas percepções populares – que o povo não sabe exprimir, e apenas sente (Veríssimo, 1986, p. 101).

Toda a geração de intelectuais do final do Império e início da República, incluídos aí Silvio Romero e José Veríssimo, considerava-se habilitada para tecer a identidade da nação e, portanto, estabelecer modelos para a realidade brasileira. É importante ressaltar que as soluções apresentadas traziam em si valores dos grupos e interesses aos quais esses intelectuais se vinculavam, e que o fato de denunciar e de se engajar em diferentes projetos de ordem social e política, não afiançou aos intelectuais uma autonomia no campo político. O atrelamento desses intelectuais ao Estado e suas oligarquias, revelava pactos, interesses e laços de ordem político-ideológico.

As propostas de reformas educacionais apresentadas pelos intelectuais da geração de 1870 foram inspiradas em modelos educacionais europeus e norte-americanos, descrevendo medidas administrativo-pedagógicas que refletiam a preocupação em dotar a escola brasileira do que existia de mais moderno nesses países. Essas propostas revelam o quanto esses intelectuais estavam sintonizados com o movimento de renovação educacional dessas sociedades no decorrer do século XIX, onde a formação integral, isto é, moral, intelectual e física deveria estar presente nas indicações para a instrução pública.

Nas obras estudadas de José Veríssimo e Silvio Romero, é possível notar uma preocupação com a educação pública no Brasil e a vontade de cooperar para torná-la fator de redenção nacional. Com esse propósito, propuseram: a criação e implantação no país de um sistema educacional de caráter nacional; a reorganização do ensino primário, secundário, técnico-profissional e superior; a adoção de novos modos de aprender e ensinar; a seleção de livros escolares adequados à idade das crianças e à realidade brasileira; a formação de professores; a laicidade, a coeducação, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino. Esses preceitos revelam o papel atribuído ao Estado de único dispositivo capaz de promover, dirigir e fiscalizar o trabalho educativo e aproximam as



propostas de educação desses intelectuais às vertentes mais progressistas do movimento de renovação cultural ocorrido no mundo ocidental a partir do século XVIII.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, João Alexandre. A vertente pedagógica. In: *A educação nacional*. 3.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

_____. *A tradição do impasse: linguagem da crítica & crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática, 1974.

BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil 1920. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Volume IV (2ª. parte), II Tomo (população), 1926.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1836-1880)*. 3. ed. São Paulo: Martins, 1969.

CARVALHO, José Murilo *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino. *José Veríssimo e a educação brasileira republicana (1857-1916): raízes da renovação escolar conservadora*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Companhia das Letras, 1991.

ROMERO, Silvio. *Ensaio de Sociologia e Literatura*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

_____. Nosso mal maior. In: *Provocações e debates*. Porto: Chardron, 1910.

_____. *Estudos Sociais: o Brasil na primeira década do século XX*. Lisboa: Editora A mala da Europa, 1911.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SPENCER, Herbert. *Educação intelectual, moral e physica*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1901.

VERÍSSIMO, José. *A Instrução Pública no Estado do Pará em 1890*. Pará: Tipografia de Tavares Cardoso & Cia., 1891.

_____. *A educação Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2ª. ed., 1906.

_____. *Cultura, literatura e política na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.